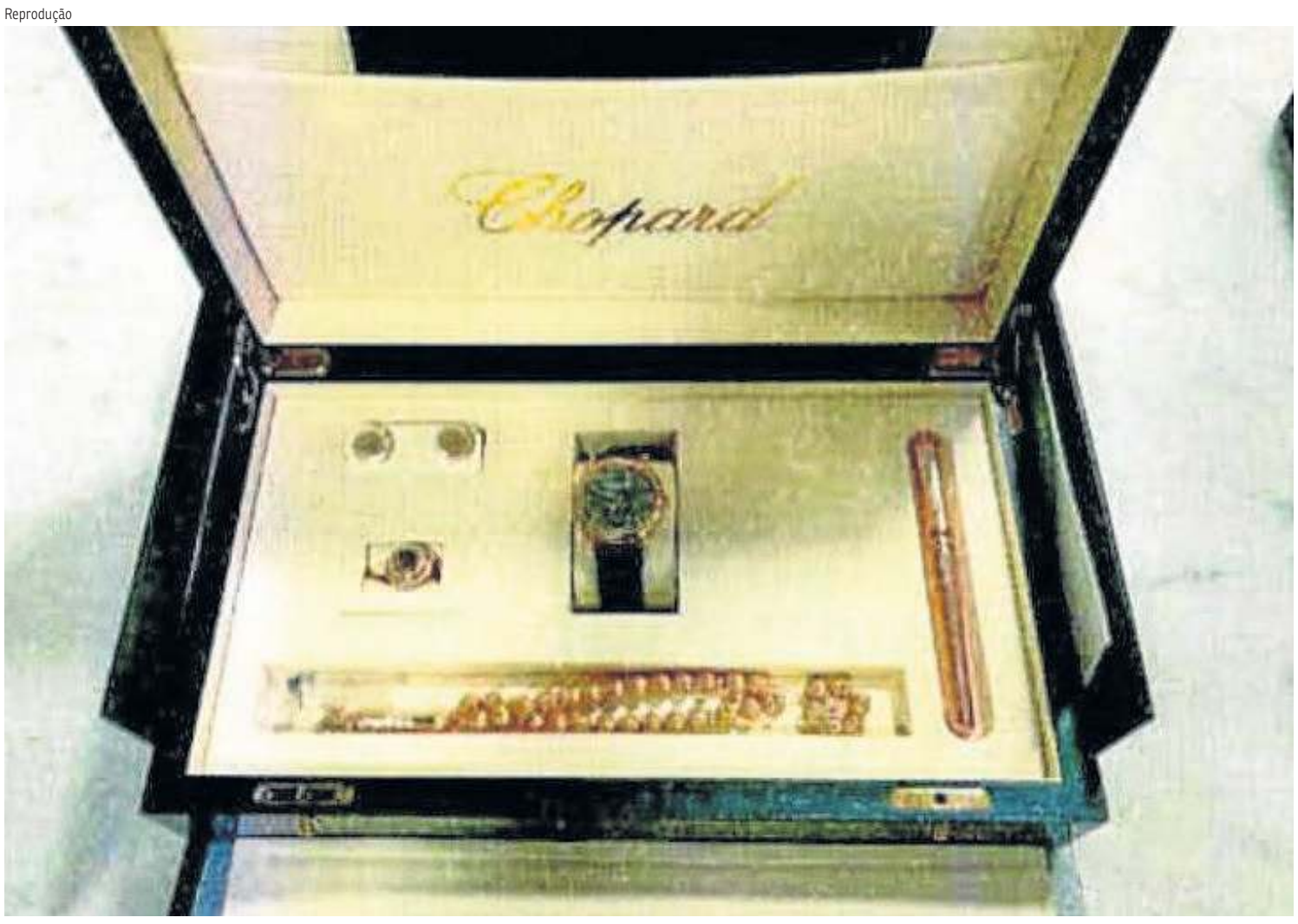
JOIAS DAS ARÁBIAS

RFB apura como 2ª caixa entrou

Para o fisco, conjunto dos sauditas para Bolsonaro burlou as regras da aduana e está irregular no país. PF abre inquérito sobre presentes

» HENRIQUE LESSA

Reprodução



Bens presenteados pelos sauditas a Bolsonaro entraram com alguém que não foi fiscalizado. E foram entregues a menos de um mês do fim do governo

A Receita Federal (RFB) anunciou, ontem, que investigará de que forma o segundo conjunto presenteado pelos sauditas — e que seria para o ex-presidente Jair Bolsonaro — entrou no Brasil, no retorno da mesma viagem na qual foi apreendido um conjunto de joias, no desembarque da comitiva do governo no aeroporto de Guarulhos. O fisco não localizou o estojo da grife de luxo suíça Chopard que continha um relógio, uma caneta, um par de abotoaduras, um anel e um masbaha (espécie de rosário islâmico).

Como a fiscalização nos aeroportos é feita por amostragem entre os passageiros que desembarcam no Brasil vindos do exterior, para a Receita o segundo estojo entrou ilegalmente e estaria com integrante da comitiva do ex-ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque. "A existência de um outro pacote de joias, que teria ingressado no país, somente seria possível se trazido por outro viajante, diferente daquele alvo da fiscalização aduaneira", observa o fisco.

Para a Receita, a entrada irregular do segundo conjunto "pode configurar, em tese, violação da legislação aduaneira também pelo outro viajante, por falta de declaração e recolhimento dos tributos".

Também ontem, a Polícia Federal (PF) de São Paulo abriu um inquérito para investigar a apreensão do conjunto de joias, avaliadas em R$ 16,5 milhões, presenteadas pelo governo saudita para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Flávio Dino, determinou a apuração do procedimento que aponta como ilegal.

"Os fatos, da forma como se apresentam, podem configurar crimes contra a Administração Pública tipificados no Código Penal, entre outros. No caso, havendo lesões a serviços e interesses da União, assim como a vista da repercussão internacional do itinerário em tese criminoso, impõe-se a atuação investigativa da Polícia Federal", salientou Dino. Já o Ministério Público Federal em São Paulo (MP-SP) se reuniu com a Receita e solicitou que sejam encaminhadas todas as informações disponíveis sobre a entrada das joias — um processo investigativo será aberto.

Onde está?

Contatado pelo **Correio**, o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica, responsável por organizar os acervos dos presidentes, não se pronunciou se o segundo estojo com os presentes que seriam de Bolsonaro está nos arquivos do setor. Fontes do Palácio do Planalto também não souberam dizer se o presente encaminhado pelo assessor do ex-ministro Bento Albuquerque, Antônio Carlos Ramos de Barros Mello, semanas antes do final do governo, foi localizado.

A justificativa de Mello para a entrega ter acontecido mais de um ano após o ingresso das joias no país foi a suposta demora do GADH em responder ao questionamento, feito pelo Ministério das Minas e Energia — com o qual estava o conjunto presenteado pelos sauditas a Bolsonaro — sobre o destinatário adequado para os bens.

Fontes relatam que o setor responsável por gerenciar os acervos presidenciais, o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH), teve suas funções esvaziadas durante o governo anterior, com diversos postos de chefia ocupados por militares. Funcionários afirmam que, dessa maneira, o acervo ficou sem os mecanismos adequados de controle.

Os nomes da trama

Bento Albuquerque
O almirante era ministro das Minas e Energia quando recebeu dos sauditas os presentes para Jair Bolsonaro e Michelle. As joias e a estátua de um cavalo foram retidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos — um segundo conjunto da Chopard entrou no Brasil e, em tese, foi incorporado ao patrimônio da Presidência da República. Ao saber que a caixa para a ex-preimeira-dama fora retida, tentou liberá-la com uma carteirada. Ouviu um "não" como resposta. Também pressionou a cúpula da Receita a interceder para liberar os bens — nada conseguiu. O conjunto para Bolsonaro ficou no Ministério das Minas e Energia por mais de um ano e só foi entregue em outubro do ano passado. Deixou a pasta em maio de 2022.

Marcos Andre dos Santos Soeiro
Ex-assessor de Albuquerque, em cuja mochila os fiscais encontraram as joias e a estátua.

Antônio Carlos Ramos de Barros Mello
Ex-assessor especial de Albuquerque, entregou na Presidência a caixa que não foi barrada pela Receita. O conjunto era composto de um relógio masculino, um par de abotoaduras, uma caneta, um anel e um masbaha.

Erick Moutinho Borges
Chefe do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica, recebeu a caixa para Bolsonaro, em 29 de outubro de 2021, de Barros Mello. Assinou um recibo dando entrada do conjunto.

Marcelo da Silva Vieira
Chefe de gabinete adjunto de Documentação Histórica do gabinete pessoal do presidente da República, enviou ofício, em 29 de outubro de 2021, para o chefe de gabinete de Albuquerque, o contra-almirante José Roberto Bueno Junior, pedindo o encaminhamento das joias — ainda retidas — para análise a fim de incorporá-la ao "acervo privado do Presidente da República ou ao acervo público da Presidência da República".

Julio Cesar Viera Gomes
Ex-secretário da Receita Federal, entrou no circuito para tentar liberar o conjunto retido. Enviou um ofício para a alfândega de Guarulhos pedindo a liberação. Nada conseguiu.

Mauro César Barbosa Cid
Ex-ajudante de ordem de Bolsonaro, o tenente-coronel viabilizou a logística para que as joias fossem resgatadas em Guarulhos, a poucas horas do fim do governo Bolsonaro. O militar foi razão de mal-estar no governo Lula por ter sido designado para o comando do 1º Batalhão de Ações e Comando, em Goiânia, pelo ex-presidente. Foi colocado na Chefia do Preparo da Força Terrestre, do Comando de Operações Terrestres do Exército.

Jairo Moreira da Silva
Sargento da Marinha, foi enviado a Guarulhos por Mauro Cid para a derradeira tentativa de liberar as joias. Na solicitação de voo à Força Aérea Brasileira consta que a viagem era para "atender demandas" de Bolsonaro. Na alfândega do aeroporto, teria dito aos auditores-fiscais: "Não pode ter nada do (governo) antigo para o próximo, tem que tirar tudo e levar". Foi ignorado.

Haddad: "mimo" de R$ 16 mi é "atípico"

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que as joias que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro tentou fazer entrar no Brasil, em 2021, deveriam ter sido incorporadas ao patrimônio da União. Para ele, é estranho que um governante e sua mulher sejam aquinhoados com objetos de valor tão elevado.

"É uma coisa absolutamente fora, atípica. Ninguém ganha presente de R$ 16 milhões", desconfiou, comentando sobre o conjunto de joias retido pela alfândega do aeroporto de Guarulhos — do qual constam um colar, um par de brincos, um relógio e um anel da grife suíça de luxo Chopard. Reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* trouxe o caso à tona.

Segundo Haddad, se tivessem seguido os trâmites legais, nada seria apreendido. "A Presidência da República não adotou os procedimentos cabíveis para a incorporação ao patrimônio público, razão pela qual os auditores da Receita Federal, com muita propriedade, informaram o procedimento legal e mantiveram as joias no cofre da Receita em São Paulo, para que elas não fossem apropriadas indevidamente, por quem quer que seja", disse.

Haddad frisou que qualquer pessoa que tentar entrar no país com joias de tão elevado valor terá de declara-las à Receita. "Se um cidadão comum receber um presente e quiser trazer para o Brasil, ele tem de declarar. Imagina um cidadão comum receber um presente no exterior? Tem que declarar esse presente e pagar o imposto", afirmou.

"Pressão enorme"

O ministro elogiou os auditores-fiscais por "suportarem uma pressão enorme" e agirem dentro da lei para que as joias não fossem apropriadas indevidamente. Além disso, eles conservaram as provas das tentativas ilícitas de retirar o conjunto de joias.

"O serviço público, quando executado na forma da lei, da maneira correta, como os servidores procederam, é a maneira de você honrar o cargo no qual você está investido. Esses servidores suportam uma pressão enorme sobre eles e não se deixaram levar até que a população pudesse ter conhecimento do que estava acontecendo", afirmou.

Questionado sobre o ex-secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes, que foi designado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para cargo na Embaixada brasileira em Paris, em dezembro do ano passado, depois de pressionar para recuperar o conjunto apreendido **(veja ao lado os envolvidos na trama para resgatar as joias)**, Haddad foi cuidadoso e disse que o caso deve ser apurado. A indicação para a adidância, porém, foi suspensa. Isso não impediu o ministro de criticar a criação de cargos "a toque caixa" pelo governo anterior.

"Me senti muito desconfortável com a criação desses adidos no exterior. Me parecia uma coisa muito imprópria, sendo feita a toque, de maneira a mandar esses servidores para o exterior", lamentou, acrescentando que "hoje fica claro que alguma coisa estranha estava acontecendo" na Receita.

Reprodução



Colar e par de brincos dos sauditas que seriam para Michelle. Para Haddad, ninguém ganha um presente tão caro

Trânsito dos quatro filhos virá à tona

» MARIANA ALBUQUERQUE*

A Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu o processo de análise do recurso sobre o sigilo no acesso, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), aos dados de visitas ao Palácio do Planalto dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro durante todo o mandato. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) terá 10 dias para disponibilizar o acesso "aos registros de entrada e saída de Jair Renan Valle Bolsonaro, Eduardo Nantes Bolsonaro, Flavio Nantes Bolsonaro e Carlos Nantes Bolsonaro".

O GSI tinha imposto um sigilo de 100 anos para as informações das visitas dos filhos do ex-presidente ao Planalto. O Gabinete alegava ter o dever de garantir a segurança para fundamentar a negativa.

A CGU destacou que registros de portarias de prédios públicos, com local de destino e horários de entrada e saída, têm natureza pública e podem ser objeto de acesso por meio da Lei nº 12.527/2011. "Os registros de ingresso de pessoas, nos órgãos públicos, têm o papel de salvaguardar a segurança e auxiliar na proteção das autoridades, de servidores e do patrimônio público, mas têm também um papel relevante no controle social, pois os dados têm o potencial de indicar os contatos e as agendas das autoridades públicas, bem como de prevenir eventual conflito de interesse", salientou a CGU.

A Controladoria revisou, ainda, outros sete recursos sobre sigilos a informações públicas, de um total de 234 que estão em processo de revisão sobre a manutenção de restrições impostas nos últimos quatro anos. As decisões foram informadas aos solicitantes ao longo da última semana. Um deles se refere ao acesso à informação relacionada ao planejamento de operações e abordagens da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições de 2022. A corporação foi acusada de montar bloqueios, na Região Nordeste — que votou majoritariamente no então candidato Luiz Inácio Lula da Silva —, para impedir o trânsito de eleitores.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

> **(O GSI) deverá, no prazo de 10 dias, disponibilizar o acesso aos registros de entrada e saída de Jair Renan Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Flavio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro no Palácio do Planalto"**
>
> ***Trecho da decisão da CGU***